

GRU AIRPORT

AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
CNPJ 15.578.569/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU Airport

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport" ou "Aeroporto" ou "Concessionária" ou "GRU") apresenta a edição anual do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras em conjunto com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, e o parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As Demonstrações Financeiras do ano de 2021 estão de acordo com as normas internacionais do relatório financeiro ("IFRS") e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis às operações da Companhia. Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados do exercício de 2021 e todos os valores estão em milhões de reais (R\$) e em valores nominais, exceto quando indicado.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado acionista,
O ano de 2021 foi mais um ano desafiador para a aviação, em geral, e para GRU Airport, em particular. Depois de um início do ano de crescimento de passageiros e movimentos de aeronaves quando comparado com o final de 2020, a segunda e depois terceira onda da pandemia do coronavírus COVID-19 no Brasil e nos principais mercados internacionais impactou transversalmente o negócio. Particularmente difícil foi a recuperação do segmento internacional, o qual depende de inúmeros fatores externos ao Brasil. O comprometimento, engajamento e esforços empreendedores pela Administração para mitigar as perdas e superar os desafios apresentados permitiu alcançar os números apresentados. Nesse contexto, GRU Airport se destacou entre os aeroportos da América do Sul, com recuperação acima da média e aumento da participação de mercado, se consolidando como o maior aeroporto da região. Um dos principais fatores de mitigação de perdas ocasionadas pela queda do número de passageiros e movimentos de aeronaves foi o negócio de cargas internacionais que se apresentou mais resiliente que os demais, com uma contribuição positiva para o resultado anual. O Aeroporto demonstra em números o seu potencial operacional, como *hub* na América do Sul e principal polo de distribuição de voos do país com 32 destinos internacionais e 54 domésticos. Em relação à operação de cargas aeroportuárias, GRU demonstrou sua resiliência e o Aeroporto movimentou 36%¹ das importações/exportações por via aérea no país em 2021 face aos 34%² das importações/exportações movimentadas em 2020. Os armazéns do Aeroporto de Guarulhos estão localizados estrategicamente próximos às principais rodovias do estado de São Paulo, o que facilita a conexão rodoviária com o litoral, o interior do Estado de São Paulo e outros Estados. O Aeroporto se consolidou mais um ano como importante parceiro das companhias aéreas, sendo o principal *hub* para a malha essencial de duas das três principais empresas aéreas do Brasil: Latam e Gol. Em 2021, GRU foi responsável por 75%² da oferta de assentos internacionais do Brasil e por 16%² dos assentos domésticos. Em termos financeiros, a receita líquida ajustada apresentou acréscimo de 16,5% e os custos e despesas operacionais ajustados, apresentaram uma redução de 56,4% em relação ao ano de 2020 decorrente principalmente da reavaliação dos riscos relacionados à PECLD, encerrando o ano com margem EBITDA de 111,5%, variação acima de 100% decorrente do efeito do reconhecimento do reequilíbrio COVID-19 no resultado, demonstrando a consolidação da operação. A visão de longo prazo, o compromisso com a qualidade da prestação de serviço, a cultura de segurança operacional e o foco na geração de valor para o acionista permeiam a filosofia que faz com que o GRU Airport se consolide, cada vez mais, como o maior Aeroporto da América do Sul.

¹ *Cargas Pagas e Corréio (kg): envios + recebimentos e a origem da informação é https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-iterativa*
² <http://www.anac.gov.br/>

DESTAQUES COMERCIAIS E OPERACIONAIS

Em 2021, o GRU Airport alcançou 24,2 milhões de passageiros processados, um crescimento de 18,9% em relação ao ano de 2020, apesar dos desafios decorrentes principalmente da segunda onda da pandemia COVID-19. Este resultado é consequência da recuperação no seguimento doméstico, iniciada no final de janeiro de 2021, devido a maior procura por destinos de lazer, principalmente na região Nordeste, com destaque para Recife, Salvador, Fortaleza e Macaé e na região Sul, destaque para Porto Alegre. Além destes destaques comerciais, o terminal 1 foi reaberto no último trimestre de 2021, demonstrando a recuperação do setor, principalmente doméstico, impacto pela pandemia COVID-19.

NEGÓCIOS NÃO AÉREOS

Em relação aos negócios não aéreos, em 2021, cabe destacar o aumento de 12,8% no número de estabelecimentos comerciais entre as operações de varejo e alimentação face ao mesmo período de 2020. Conforme contrato de concessão nº 002/ANAC/2012-SBGR - EDITAL N.º 002/2011 TERMO ADITIVO Nº 005/2020 a prestação de serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por Recotas Tarifárias poderá ser realizada diretamente pela Concessionária, adotando contabilidade separada para cada uma das atividades exploradas, segundo as normas contábeis vigentes.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia tem como acionistas o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A., com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, com 49%. O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. tem como acionistas a INVEPAR com 80% e a ACSA (*Airports Company South Africa*) com 20%. A INVEPAR é uma holding de infraestrutura de transporte, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. O Portfólio atual é composto por 7 concessões, incluindo 5 rodovias e o Aeroporto Internacional de Guarulhos. A INFRAERO é uma empresa pública federal brasileira de administração indireta vinculada ao Ministério de Infraestrutura, com mais de 40 anos de experiência no setor e está entre as maiores operadoras aeroportuárias do mundo, com 41 Aeroportos espalhados pelo Brasil, processando, mais de 37 milhões de passageiros. Detém ainda participação acionária de 49% nos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Brasília (DF), Confins (MG) e Galeão (RJ). A *"Airports Company South Africa"* (ACSA) é uma empresa sul-africana que opera concessões de aeroportos e administra uma rede de nove aeroportos na África do Sul, incluindo as três principais portas internacionais da O.R. Tambo International, Cape Town International e King Shaka International Airports. A *"Airports Company South Africa"*, em parceria com a empresa brasileira INVEPAR, tem sucesso no gerenciamento do desenvolvimento, manutenção e operações do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, o aeroporto internacional mais movimentado da América Latina. O consórcio com a INVEPAR é dono de 51%² da concessão do aeroporto, sendo que 49% são detidos pela INFRAERO, atual operadora aeroportuária. A *"Airports Company South Africa"* detém 20% do consórcio com a INVEPAR.

¹ <https://transparencia.infraero.gov.br/sobre-a-infraero/>
² <https://www.airports.co.za/about-us/airports-company/company-profile>

ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 23,6¹ milhões de passageiros em 2021, um aumento de 19,2% em relação ao ano anterior. No segmento doméstico, 20,1¹ milhões de passageiros foram transportados em 2021, um aumento de 27,4%¹ em relação a 2020. Após forte retração no 2º, 3º e 4º trimestres de 2020, a demanda apresentou sinais de recuperação em dois momentos do ano: primeiro, no início do ano em que a redução de casos de COVID e o verão permitiu uma subida em relação ao final do ano anterior; e, depois, no último trimestre do ano, especialmente para destinos turísticos da região Nordeste e Norte que se desenvolveram como substitutos de destinos internacionais, habitualmente utilizados pelos brasileiros nas suas viagens a lazer. Contudo, as duas variantes de COVID que existiram em 2021 impediram um crescimento mais rápido e permanente da demanda, mesmo no segmento doméstico. Já o segmento internacional enfrentou maiores dificuldades em 2021, como era de esperar, com queda de 12,5%¹ da demanda em relação ao ano anterior devido à manutenção das restrições ao turismo internacional na maioria dos mercados mais importantes para o Brasil (como por exemplo: Argentina, Chile, Estados Unidos e a maioria dos países da União Europeia). No total foram transportados 3,6¹ milhões de passageiros em 2021.

PERFIL DO NEGÓCIO

Consolidando sua posição no setor aeroportuário, GRU Airport permanece como aeroporto referência na América Latina e um dos principais aeroportos do Brasil e América do Sul, tendo atingido 3,7 milhões dos passageiros internacionais transportados dentro do mercado brasileiro em 2021. Durante a pandemia, o Aeroporto tem servido como a principal porta de entrada e saída de passageiros internacionais e um importante canal de chegada de carga importada e de escoamento de carga de exportação. Dessa forma, a crise da pandemia consolidou o papel de *hub* internacional mais próximo do principal centro populacional e de negócios do país, e vem se destacando como o *hub* da América Latina, conectando os diversos estados brasileiros e países da América do Sul com as demais partes do mundo, com destaque para as rotas da América do Sul (Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), para Europa e África.

¹ *Desconsidera passageiros isentos e a origem da informação é https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/mercado-de-transporte-aereo/consulta-iterativa/demanda-e-oferta-origem-destino*
² *Considera passageiros isentos e a origem da informação é https://www.gru.com.br/pt/RelatorioOperacional/2021-12.pdf*

CORONAVÍRUS (COVID-19)

Efeitos da pandemia da COVID-19
Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Concessionária apresentou o seguinte desempenho operacional.

GRU Airport	2021	2020	%
Passageiros total (Mil)	24.172	20.323	18,9%
Movimento total de Aeronaves	188.573	155.912	20,9%
Carga total (Toneladas) ¹	330.608	211.079	56,6%
Todas as ações realizadas, pela Administração da Concessionária, como mencionado nas Demonstrações Financeiras divulgadas de 31 de dezembro de 2020 (publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br), permanecem para o ano de 2021, para a preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios, diante ainda das incertezas dos impactos da pandemia da Coronavírus. Entre os meses de maio e junho de 2021, uma ação que integra o Programa Nacional de Operacionalização da Vacina contra a COVID-19, do Ministério da Saúde e o Plano Estadual de Imunização garantiu a distribuição de cerca de 16 mil doses. Entre as pessoas que foram imunizadas com a primeira dose estão os colaboradores diretos e indiretos da Concessionária e profissionais da comunidade aeroportuária. Apesar do surgimento de novas variantes, até o momento da divulgação dessas Demonstrações Financeiras, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo uma melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo período do ano anterior. A Administração da Concessionária continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade aeroportuária e minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.			

PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Desempenho Operacional	2021	2020	Var. %
Nº Total de Passageiros incluindo conexões¹ (Milhões)	24,2	20,3	18,9%
Nº Total de Passageiros Internacionais (MM)	3,7	4,2	-12,2%
Nº Total de Passageiros Domésticos (MM)	20,5	16,1	27,1%
Movimentação de Aeronaves (MTA) Total Mil	188,6	155,9	20,9%
MTA Internacional (Mil)	31,5	29,7	5,9%
MTA Doméstico (Mil)	157,1	126,2	24,5%
Volume de Cargas² (mil tons)	330,6	211,1	56,6%
Importação Desembarque (mil tons)	162,3	109,5	48,2%
Exportação Embarque (mil tons)	168,3	101,6	65,7%
Companhias Aéreas³	31	25	24,0%
Destinos	93	86	8,1%
Vagas de Estacionamento⁴	9.202	9.880	-6,9%
Estabelecimentos Comerciais	300	266	12,8%

¹ Considerado volume de passageiros processados
² Volume de cargas embarcadas e desembarcadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA)
³ Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares
⁴ Vagas para passageiros, incluindo vagas para motocicletas.

¹ <http://www.anac.gov.br/>

TOTAL DE PASSAGEIROS

O ano de 2021 se iniciou com 2,3¹ milhões de passageiros em janeiro, uma redução de 46% em relação a janeiro/2020, mas um sinal positivo depois do desafio que tinha sido o ano de 2020 com a redução de quase 90% do tráfego nos meses de abril e maio e um crescimento tímido ao longo do restante do ano. Contudo, depois de um primeiro trimestre em que se tinha uma perspectiva de retomada contínua, a segunda onda da pandemia e, mais tarde no ano, a terceira onda fez atrasar a recuperação. No total, foram registrados 24,2¹ milhões de passageiros em 2021, entre embarques e desembarques, o que representa 56% do que foi transportado em 2019. Desse total, 20,5¹ milhões são de voos domésticos e 3,7¹ milhões são de voos internacionais. O segmento doméstico apresentou queda de 28% na movimentação de passageiros em relação a 2019, e um crescimento de 27,1% em relação a 2020. As

companhias aéreas estão retomando suas operações gradualmente e consolidando as suas operações dos seus principais *hubs* para serem mais resilientes às flutuações de demanda e os voos domésticos estão apresentando *load factors* altos, o que mostra o apetite para voar dos brasileiros. No último mês do ano, foram servidos 54¹ destinos regulares no Brasil, o que já é superior ao período pré-pandemia, de novo, um sinal da robustez do Aeroporto e da sua função de *hub*. A movimentação de passageiros internacionais apresentou queda de 75% em relação a 2019 e 12,2% em relação a 2020, ao em que os 3 primeiros meses ainda não tinham sido impactados de forma significativa pela pandemia. Com a abertura de fronteiras de importantes mercados a partir do 2º semestre e aumento da taxa de vacinação no país, a movimentação de passageiros em dezembro foi 61% do realizado 2019 e 132% superior a 2020. As regiões que mais recuperaram passageiros ao longo de 2021 foram a América Central e Caribe e Oriente Médio, com crescimentos de 98% e 46% em relação a 2020, respectivamente. A América do Norte e a Europa apresentaram queda de 7% e 13% em relação ao ano anterior.

Recuperação de Passageiros por Região

Região	2019	2020	2021	21 vs 19	21 vs 20
América Central e Caribe	571	168	333	-41,7%	98,1%
Oriente Médio	563	236	344	-38,9%	45,8%
América do Norte	3.606	1.109	1.028	-71,5%	-7,3%
Europa	4.292	1.330	1.161	-73,0%	-12,7%
América do Sul	5.210	1.244	686	-86,8%	-44,9%
África	522	137	43	-91,8%	-68,7%
Internacional	14.763	4.224	3.594	-75,7%	-14,9%

MOVIMENTAÇÃO DE AERONAVES

Em 2021, 189¹ mil pousos e decolagens foram operados em GRU Airport, sendo 157¹ mil em operações domésticas e 32¹ mil internacionais. O valor total já é 65% do movimentado em 2019. Por outro lado, conforme observado também no ano de 2020, a movimentação de aeronaves cargueiras foi superior ao de 2019, especialmente no segmento internacional, que apresentou crescimento de 315%. Este crescimento foi alavancado pela operação de operações *charters* e regulares de empresas aéreas cargueiras que procuraram na pandemia substituir a capacidade habitualmente servida pela *belly* das aeronaves de passageiros. GRU Airport continua sendo a porta de entrada da região para o recebimento de medicamentos e insumos para o combate à pandemia no Brasil e aumentou a sua participação no mercado de maquinários, automotivo e eletrônicos.

VOLUME DE CARGAS

O volume de cargas total (importadas e exportadas) por GRU apresentou crescimento de 57% frente a 2020 e 16% em relação a 2019. O volume de carga de porão (*"belly cargo"*) tinha apresentado uma queda brusca de 53% em 2020, devido à diminuição da movimentação de voos internacionais de passageiros. Já em 2021, registrou um crescimento de 41% em relação a 2020, embora ainda seja inferior ao registrado em 2019 em 34 pontos percentuais. A queda do volume de carga de porão foi compensada por um incremento significativo no número de cargueiros ou aeronaves de passageiros operadas somente com carga aérea (*"P2C Passenger to Cargo Conversions"*). O aumento expressivo de cargas movimentadas através de cargueiros fez com que o volume importado total em 2021 registrasse crescimento de 8% em relação a 2019 e das exportações, 25%. No ano de 2021, GRU atingiu um *market share* de 39%¹ na importação e 53% das exportações, com destaque na importação para o segmento automotivo e fármaco, que totalizaram 54% do total importado por GRU, 4 pontos percentuais acima do volume registrado no ano anterior.

¹ *Informações públicas de aeroportos privados*

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2021, GRU Airport teve ampliação na receita líquida ajustada de 16,5%, saindo de R\$ 1,4 bilhões (em 2020) para R\$ 1,6 bilhões (em 2021), sendo que as receitas tarifárias apresentaram aumento de 31,2% e as receitas não tarifárias reduções de 6,6%. Por outro lado, os desempenhos econômico-financeiros e operacionais resultaram no EBITDA de R\$ 1,8 bilhão, 19,7% acima do realizado em 2020, com margem EBITDA alcançando 111,5%, em virtude, principalmente, da obtenção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, no montante de R\$ 799,7 milhões.

RECEITAS

R\$ MM	2021	2020	Var. %	Var. R\$
Receitas Tarifárias ¹	1.121,4	854,5	31,2%	266,9
Receitas Não Tarifárias	751,7	804,6	-6,6%	(52,9)
Receita Bruta Ajustada	1.873,1	1.659,1	12,9%	213,9
Deduções da Receita Bruta	(270,3)	(283,4)	-4,6%	13,1
Receita Líquida Ajustada²	1.602,8	1.375,8	16,5%	227,0

¹ Valores não consideram a contribuição tarifária
² Não considera a Receita de Construção

As receitas do GRU Airport são divididas em dois grupos: Tarifárias: tarifas pelos usuários dos serviços aeroportuários e estão ligadas diretamente aos passageiros com taxas de embarque e conexão e aeronaves com tarifas de pouso e permanência e as tarifas ligadas ao terminal de cargas como armazenagem e capatazia. Não tarifárias: são receitas ocorridas mediante a celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário ou receitas de serviços. Dentre as receitas não tarifárias podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, salas VIP, estacionamento, publicidade e serviços aos passageiros.

RECEITAS TARIFÁRIAS

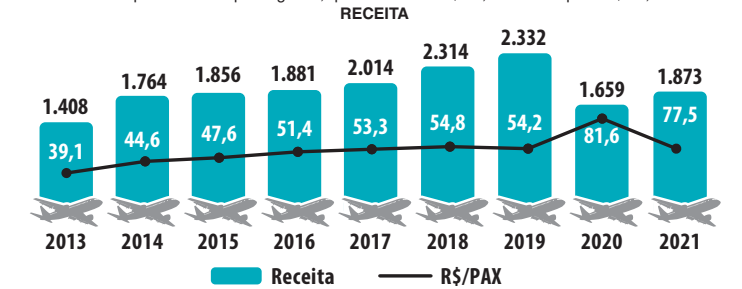
A receita tarifária foi de R\$ 1,1 bilhão, 31,2% superior ao ano de 2020, contribuiu para este desempenho a retomada na demanda de passageiros e MTA, mas ainda é inferior ao registrado no ano de 2019, devido a continuidade da pandemia da COVID-19. O Aeroporto sofreu com o cancelamento de rotas, frotas aéreas reduzidas, fechamento das fronteiras aéreas e manutenção somente da malha essencial: 1. Passageiros: Aumento de 18,9% de PAX Total 2021: 24,2 milhões x 2020: 20,3 milhões. Não obstante, o segmento internacional foi o mais afetado com queda de 12,2% de PAX; 2. Aeronaves: Embora o MTA tenha crescido 20,9% em relação ao ano anterior, observa-se que o tempo médio no solo das aeronaves, não reduziu proporcionalmente, devido as malhas demonstrarem recuperação mais lenta, principalmente a malha internacional. O MTA doméstico tem maior representatividade com aumento de 24,5%. 3. Cargas: (i) Importação: Aumento de 48,2% no volume de carga movimentada importada frente ao mesmo período do ano anterior sendo, 162,3 mil tons em 2021 x 109,5 mil tons em 2020. Principal efeito do aumento em razão ao valor agregado da carga importada e pela desvalorização cambial do real frente ao dólar; (ii) Exportação: crescimento de 65,7% no volume de carga movimentada de exportação, sendo 168,3 mil tons em 2021 x 101,6 mil tons em 2020. Diferentemente de importação, as cargas de exportação apresentam baixo valor agregado, sem grandes variações entre os períodos.

RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS

A receita bruta não tarifária atingiu o valor de R\$ 751,7 milhões em 2021, 6,6% inferior aos R\$ 804,6 milhões realizado em 2020. Abaixo os itens que impactaram a performance:

- Duty Free: Impacto da redução de 12,2% no volume de passageiros internacionais, com redução da remuneração mínima mensal.
- Estacionamento: Contrato renegociado em 2020 devido à queda de passageiros que se apresentou no período.
- Alimentação: Fechamento em definitivo de algumas operações, renegociação de remuneração mínima mensal para aliviar o fluxo de caixa doscessionários, não cobrança das operações fechadas do Terminal 1, do Terminal 2, Internacional e das operações de quiosques.

Abaixo, observa-se a evolução ao longo dos anos do desempenho da receita bruta ajustada e a relação da receita com a quantidade de passageiros, que reduziu de R\$ 81,6 em 2020 para R\$ 77,5 em 2021:



CUSTOS E DESPESAS

R\$ MM	2021	2020	Var. %	Var. R\$
Pessoal	(107,2)	(109,9)	-2,5%	2,7
Conservação & Manutenção Operacionais	(85,7)	(82,8)	3,4%	(2,8)
Operacionais	(163,2)	(153,5)	6,3%	(9,7)
Despesas Administrativas e Outras Despesas ¹	(18,0)	(186,2)	-90,3%	168,3
Outras Receitas Operacionais	739,0	804,1	-8,1%	(65,2)
Custos & Despesas Operacionais Ajustados² Pré Outorga Variável	364,9	271,6	34,4%	93,3
Outorga Variável	(180,1)	(153,4)	17,4%	(26,6)
Custos & Despesas Operacionais Ajustados²	184,9	118,2	56,4%	66,7

¹ Desconsidera os impactos do custo de construção, depreciação e amortização.

CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal apresentaram uma redução de R\$ 2,7 milhões, redução equivalente a 2,5%, devido às ações da Administração para mitigar e enfrentar os impactos sofridos como consequência da pandemia COVID-19.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Em relação à conservação e manutenção, observou o aumento de R\$ 2,9 milhões, adição de 3,4% frente ao ano anterior. O aumento de custos se deve pela retomada gradual na demanda e pela reabertura do Terminal 1 e Terminal 2 Internacional. Em relação a negociação de contratos, destaca-se o contrato de tratamento de água e esgoto, em 2020 por conta da pandemia foi reduzida a meta de consumo deste contrato. Já em 2021, o contrato voltou com o valor original.

CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais apresentaram aumento de R\$ 9,7 milhões, devido a retomada gradual na demanda. Dentre os principais contratos impactados, cabe destacar: (i) movimentação de cargas e (ii) energia elétrica.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas, que fecharam o ano de 2021 com uma variação positiva de R\$ 168,2 milhões decorrente principalmente da reavaliação do risco de inadimplência, recebimentos e renegociações, tendo como consequência reversão de valores provisionados como PECLD.

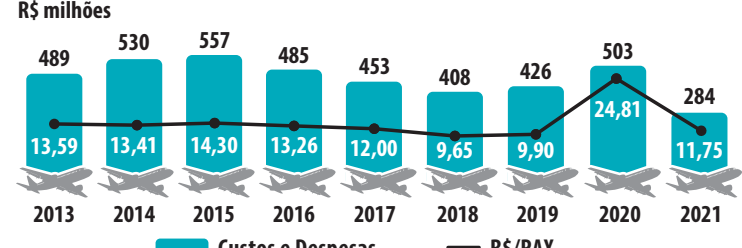
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Em outras receitas/despesas, a variação observada no quadro acima deve-se, principalmente, aos valores contabilizados referentes ao pleito de reequilíbrio COVID-19, que consiste na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia no montante de R\$ 799,7 milhões, conforme Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021.

OUTORGA VARIÁVEL

A rubrica de outorga variável apresenta variação desfavorável em relação a 2020, uma vez que tem relação direta com as receitas do ano. A evolução ao longo dos anos dos custos e despesas reflete o esforço e comprometimento de GRU Airport em melhorar processos e aumentar a eficiência operacional:

CUSTOS E DESPESAS PRÉ OUTORGA VARIÁVEL





GRU AIRPORT AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO
 Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
 CNPJ 15.578.569/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU Airport

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Pessoas e equipes atuam em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores do GRU Airport. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo e anônimo de denúncia. Todos os colaboradores recebem e assinam o Código de Ética no momento de sua integração na Companhia.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

O Programa de Ética e Conduta do GRU Airport compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de *Compliance*, e, para fins de governança, responde diretamente ao Presidente da Companhia. O Programa de Riscos conta com a realização de Comitês Semestrais com a participação da diretoria executiva, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GRU Airport apresenta as Demonstrações Financeiras do ano de 2021, de acordo com as normas internacionais de contabilidade e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

Pessoas e equipes atuam em conformidade com os princípios éticos e morais praticados pela Companhia, agindo, a cada momento, com honestidade, comprometimento, responsabilidade e respeito. O Código de Ética e Conduta tem como objetivo estabelecer o padrão de comportamento e os valores do GRU Airport. O documento é amplamente divulgado entre todos os empregados e conta com canal externo e anônimo de denúncia. Todos os colaboradores recebem e assinam o Código de Ética no momento de sua integração na Companhia.

GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

O Programa de Ética e Conduta do GRU Airport compreende o conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos, comunicações e treinamentos, estabelecidos com o objetivo de evitar, detectar e tratar desvios de ética e conduta. Atualmente o programa é monitorado por uma área independente, dedicada aos temas da atividade de *Compliance*, e, para fins de governança, responde diretamente ao Presidente da Companhia. O Programa de Riscos conta com a realização de Comitês Semestrais com a participação da diretoria executiva, além de estar integrado com as estratégias de negócio e investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

GRU Airport apresenta as Demonstrações Financeiras do ano de 2021, de acordo com as normas internacionais de contabilidade e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que

compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis às operações da Companhia. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/2003, o GRU Airport celebrou contrato com a Mazars Auditores Independentes em 2021 como auditor externo e mantém o contrato ativo para o exercício de 2022.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo nº 25 da Instrução CVM nº 480/2009, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria do GRU Airport declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

EVENTO SUBSEQUENTE

Em 10 de janeiro de 2022, a Concessionária impetrou Mandado de Segurança em razão do indeferimento injustificado da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa, obtendo no dia 11 de janeiro de 2022 deferimento integral do pedido de liminar.

Em 19 de janeiro de 2022, a ANAC cumpriu a decisão judicial do Mandado de Segurança da suspensão da exigibilidade do recolhimento integral da parcela da outorga fixa vencida em 18 de dezembro de 2021.

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	247.737	329.551	Fornecedores	5	50.325	40.065
Aplicações financeiras vinculadas	5	747.330	145.647	Empréstimos e financiamentos	11	322.347	297.842
Contas a receber	6	221.058	149.814	Debitúntes	12	129.849	102.671
Estoques		11.686	10.310	Impostos a recolher	7d	106.673	103.703
Impostos a recuperar	7a	38.893	30.413	Obrigações com empregados e administradores		17.014	9.713
Adiantamentos		7.076	7.070	Concessão de serviço público	3	2.204.864	1.207.381
		1.273.780	672.805	Partes relacionadas	8	56.466	25.426
Não Circulante				Recicla diferida	15	25.413	21.057
Aplicações financeiras vinculadas	5	158.385	128.389	Adiantamento de clientes	16	6.787	22.905
Contas a receber	6	8.855	5.037	Outros passivos	16	63.723	55.144
Impostos diferidos ativos	7b	787.619	609.840			2.983.461	1.885.907
Estoques		4.172	4.253	Não Circulante			
Impostos a recuperar	7a	336.913	361.934	Empréstimos e financiamentos	11	2.047.212	2.372.130
Partes relacionadas	8	36.449	17.730	Debitúntes	12	536.209	574.082
Depósitos judiciais	14	27.183	25.832	Concessão de serviço público	13	12.521.796	12.089.152
Imobilizado	9	1.884	2.653	Provisão para obrigações legais	14	37.874	29.869
Intangível	10	12.749.399	13.334.361	Recicla diferida	15	152.617	127.690
		14.111.859	14.490.029	Adiantamento de clientes		3.619	1.278
						15.299.327	15.194.201
Total do ativo		15.385.639	15.162.834	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)			
				Prejuízo acumulado	17	2.624.558	2.624.558
				Resultado do exercício		(4.541.832)	(4.417.802)
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(979.875)	(124.030)
				Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(2.897.149)	(1.917.274)
						15.385.639	15.162.834

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.624.558	(4.541.832)	(1.917.274)
Prejuízo do exercício	-	(979.875)	(979.875)
Em 31 de dezembro de 2021	2.624.558	(5.521.707)	(2.897.149)
Em 31 de dezembro de 2019	2.624.558	(4.417.802)	(1.793.244)
Prejuízo do exercício	-	(124.030)	(124.030)
Em 31 de dezembro de 2020	2.624.558	(4.541.832)	(1.917.274)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Concessionária", "Companhia", "Aeroporto" ou "GRU Airport") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar ("Grupar"), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAEPA) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B" e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo. O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 13. Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide nota explicativa nº 13, "1. Repactuação"). Em dezembro de 2020, em consequência dos desdobramentos e continuidade da pandemia da COVID-19, a Concessionária aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa (vide Nota Explicativa nº 13, "2. Repactuação"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 979.875 (R\$ 124.030 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), e em 31 de dezembro de 2021, apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.709.881 (R\$ 1.213.102 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 2.897.149 (R\$ 1.917.274 em 31 de dezembro de 2020). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Pelos próximos 11 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários. 1.1. CORONAVÍRUS (COVID-19): Efeitos da pandemia da COVID-19: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Concessionária apresentou o seguinte desempenho operacional.

	2021	2020	%
Passageiros total (Mil)	24.172	20.323	18,9%
Movimento total de Aeronaves	188.573	155.912	20,9%
Carga total (Toneladas)	330.608	211.079	56,6%

Todas as ações realizadas, pela Administração da Concessionária, como mencionado nas demonstrações financeiras divulgadas de 31 de dezembro de 2020 (publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br), permanecem para o ano de 2021, para a preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios, diante ainda das incertezas dos impactos da pandemia de Coronavírus. Entre os meses de maio e junho de 2021, uma ação que integra o Programa Nacional de Operacionalização da Vacina contra a COVID-19, do Ministério da Saúde e o Plano Estadual de Imunização garantiu a distribuição de cerca de 16 mil doses. Entre as pessoas que foram imunizadas com a primeira dose, estão os colaboradores diretos e indiretos da Concessionária e profissionais da comunidade aeroportuária. Apesar do surgimento de novas variantes, até o momento da divulgação dessas demonstrações financeiras, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo uma melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo exercício do ano anterior. A Administração da Concessionária continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade aeroportuária e minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB. As demonstrações financeiras da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OPCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 24. 2.3. Apresentação das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária. A Administração da Concessionária autorizou, em 15 de março de 2022, a emissão dessas demonstrações financeiras. 2.4. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente: A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente. A Concessionária reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço. a) Receita de serviços: A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços. Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da entrega/utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capitaliza. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão. Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode explorar outras atividades econômicas como cessão de espaços, estacionamentos, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. b) Receita de juros: A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. c) Receita de construção: A receita de construção é reconhecida quando os serviços de ampliação/melhoria da infraestrutura são finalizados e entram em operação. A margem de construção é calculada a valor zero, e os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras. 2.5. Transações em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em

valor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional. 2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescido de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício. Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/estruturados de um valor devido a uma entidade com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 2.7. Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária. A provisão para perdas esperadas de créditos é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para o contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso a mais de 30 dias e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas esperadas na realização dos créditos, levando em consideração a classificação do cliente de acordo com seu nível de risco, o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber. Em cada data de balanço, a Concessionária avalia se o contas a receber está com problemas de recuperação quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, no exercício em que o ativo foi baixado; O valor residual e vida útil dos ativos e métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 2.10. Intangível: Referem-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (PAX) estimada como base para a amortização. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. 2.11. Benefícios a empregados: A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto INFRAERO de Seguridade Social (Infraprev), com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL. Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços. 2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros. 2.13. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. 2.14. Tributação: As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Receitas Tarifárias	Alíquotas Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integridade Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISSON	5,00%		

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, quais foram constituídas levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do lucro tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Os impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. 2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de serviços tarifários e não tarifários		1.602.775	1.375.755
Receita de construção		32.024	39.543
Receita operacional líquida	18	1.634.799	1.415.298
Custo dos serviços prestados	18	(1.255.344)	(1.335.542)
Custo de construção	19	(32.024)	(39.543)
Lucro bruto	19	347.431	40.213
Despesas gerais e administrativas	19	(69.072)	(239.290)
Outras receitas e despesas	19	702.504	769.140
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		980.863	570.063
Resultado financeiro líquido	20	(2.138.517)	(1.284.393)
Resultado antes dos impostos		(1.157.654)	(714.330)
Imposto de renda e contribuição social	7c	(177.779)	590.300
Prejuízo líquido do exercício		(979.875)	(124.030)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	(0,323)	(0,041)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício		(979.875)	(124.030)
Total do resultado abrangente no exercício		(979.875)	(124.030)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			



continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**
Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. 2.19. Custos de empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. 2.20. Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12: A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão. 2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade: **Novos procedimentos contábeis adotados:** Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das normas descritas abaixo. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir do ano de 2021, tendo sido avaliados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia. • **CPC 50 - Contratos de seguro (correlação ao IFRS 17):** A vigência deste pronunciamento será estabelecida pelos órgãos reguladores e o aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. • **CPC Liquidação - Entidades de liquidação:** Este pronunciamento entra em vigor a partir da determinação de cada órgão regulador. Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impacto significativo no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas).

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto: O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- **FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);**
- **FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);**
- **FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);**
- **FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). Prazo de vigência:** O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). **Contribuição ao sistema:** Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se compromete a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE.

31 de dezembro de 2021	Total líquido de PECLD	Saldo vencidos								
		Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	60 dias	de 91-120 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
	230.913	(82.501)	22.030	212.148	14.985	10.587	6.987	3.143	1.659	41.875

31 de dezembro de 2020	Total líquido de PECLD	Saldo vencidos								
		Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	<30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	>180 dias
	154.851	(136.983)	176.530	21.165	17.611	9.530	12.212	8.301	8.820	37.665

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 82.501 (R\$ 136.983 em 31 de dezembro de 2020). Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	4.955	2.617
Adição/Reversão	(136.983)	(53.504)
Baixa	54.369	(126.574)
Saldo no fim do exercício	113	43.095
	(82.501)	(136.983)

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas. Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes, foi realizado provisão de 100%, independentemente do vencimento ou não dos títulos. Em virtude da melhoria no cenário diante da redução dos efeitos da pandemia, que impactaram os nossos clientes realizamos análise individualizada por cliente e procedemos com a reversão da provisão da perda esperada baseado nas novas estimativas de recebimento dos valores devidos.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) **Impostos a recuperar**

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	4.955	2.617
IRPJ e CSLL	687	737
PIS e COFINS	33.251	27.024
INSS	-	35
Total dos impostos a recuperar - circulante	38.893	30.413
PIS e COFINS - não circulante	336.913	361.934
Total	375.806	392.347

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCP 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12), **Ofício-Circular/CVM/SECOP/SEP/01/2022** e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Natureza		
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.330.493	1.206.076
Diferenças temporárias - Provisões indutíveis	18.041	19.041
Total	1.348.534	1.224.117
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção(*)	(479.644)	(525.282)
AVP outorga fiscal e equilíbrio	(81.107)	(88.995)
Arrendamentos	(164)	-
Total	(560.915)	(614.277)
Saldo ativo diferido líquido	787.619	609.840

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo 69 da Lei nº 12.973/14. A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Ativo
2024	23.238
2025	50.485
2026	77.054
2027	1.197.757
2027 a 2032	1.348.534

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) **Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(1.157.654)	(714.330)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	393.602	242.872
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(78)	(313)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(340.164)	(165.156)
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído	124.419	512.897
Total dos impostos no resultado - diferido	177.779	590.300
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Corrente		
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	17,77%	59,30%

d) **Impostos a recolher**

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	94.076	93.833
ISSQN	8.463	5.739
Total	102.539	99.572

em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017 e 2020 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original. O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. **Bens integrantes da concessão:** Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros. b) **Direitos e deveres:** **Deveres gerais:** Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. **Investimentos:** Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. c) **Remuneração da Concessionária:** **Receitas Tarifárias:** São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia. **Receitas não tarifárias:** São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros. d) **Transferência da concessão e do controle societário:** A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato. e) **Utilização do complexo aeroportuário:** **Disposições gerais:** A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	40.400	3.588
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	207.337	325.963
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	247.737	329.551

As aplicações em fundos são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (Bacen) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 101,26% do CDI (121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020), investimentos de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	747.330	145.647
Conta Pagamento/Reserva Outorga	747.330	145.647
Não circulante	158.385	128.389
CDB - Garantia Duke Energy		
Conta Reserva	158.385	123.945
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	905.715	274.036

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os fundos são remunerados pela taxa média de 102,27% do CDI (121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadoros (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante das debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário. Devido ao encerramento, em outubro de 2021, do contrato de compra e venda de suprimento de energia elétrica no mercado livre entre a Concessionária e a Rio Parapananema Energia (empresa do Grupo Duke Energy) a Concessionária resgatou o CDB dado em garantia.

6. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber tarifárias		
Aeromanev	93.872	86.130
Armazenagem	21.759	16.250
Total	115.631	102.380

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	197.783	189.454
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(82.501)	(136.983)
Total contas a receber	230.913	154.851
Circulante	221.058	149.814
Não circulante	9.855	5.037

Em 31 de dezembro de 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber tarifárias		
Receitas acessórias	197.783	189.454
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(82.501)	(136.983)
Total contas a receber	230.913	154.851
Circulante	221.058	149.814
Não circulante	9.855	5.037

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a recolher		
Impostos retidos sobre serviços	827	618
IRRF	629	1.410
INSS	1.843	1.404
CSRF	835	699
Total	4.134	4.131
Circulante	106.673	103.703

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradoras, associadas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) à quaisquer matérias que possam beneficiar o modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2021		Resultado	
			Ativo não circulante	Passivo circulante		
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	36.449	55.945	12.321	
	Folha de pagamento de funcionários		-	521	-	
	INVEPAR (ii)	Acionista indireto	-	521	-	
			36.449	56.466	12.321	
			31/12/2020			
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo não circulante	Passivo circulante		
	INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905	
		Folha de pagamento de funcionários		-	521	
INVEPAR (ii)	Acionista indireto		-	521		
			17.730	25.426		

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) **Composição da dívida**

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos		Saldo inicial	Saldo	Juros	Juros	Pagamento	Pagamento	Saldo final
				anuais	(spread)							
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.856.612	129.434	-	(209.492)	(129.572)	1.646.982		
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.167	139	-	(390)	(138)	2.778		
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	800.936	58.767	772	(88.928)	(59.612)	711.935		
Dayconv	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	9.257	998	-	(1.751)	(640)	7.864		
Total					2.669.972	189.338	772	(300.561)	(189.962)	2.369.559		
					297.842	-	-	-	-	322.347		
					-	-	-	-	-	2.047.212		
(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.												

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos		Saldo inicial	Saldo	Juros	Juros	Pagamento	Pagamento	Saldo final
				anuais	(spread)							
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.858.211	138.448	-	(73.614)	(66.433)	1.856.612		
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.144	151	-	(64)	(64)	3.167		
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	799.061	61.549	1.867	(31.048)	(30.493)	800.936		
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	19						

GRU AIRPORT

AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06



continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

seguir:

Amortização	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, 15% no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures. A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da

segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014. A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2020	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2021
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	333.142	58.021	(40.865)	(26.574)	-	345.463
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	348.463	58.397	(37.031)	(23.602)	-	346.227
Custo com emissão				(4.852)	-	-	-	959	(3.893)
Total				676.753	116.418	(77.896)	(50.176)	959	666.058
Parcela do circulante				102.671	-	-	-	-	129.849
Parcela do não circulante				574.082	-	-	-	-	536.209

	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2019	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2020
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	354.479	40.872	(34.895)	(27.314)	-	333.142
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.719	38.221	(29.207)	(23.270)	-	348.463
Custo com emissão				(5.814)	-	-	-	962	(4.852)
Total				711.384	79.093	(64.102)	(50.584)	962	676.753
Parcela do circulante				85.711	-	-	-	-	102.671
Parcela do não circulante				625.673	-	-	-	-	574.082

Em 31 de dezembro de 2021, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 3.893 (R\$ 4.852 em 31 de dezembro de 2020). Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

Ano	Valor
2023	128.877
2024	128.877
2025	182.253
2026	96.202
2026	536.209

Até 31 de dezembro de 2021, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1ª Emissão	2ª Emissão				
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	Total
Principal	9.856	10.063	10.301	10.645	37.031	77.896
Juros	6.376	6.564	6.719	6.915	23.602	50.176

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Saldo final 31/12/2021
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	183.077
Outorga fixa	1.293.640	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	1.383.354
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.079.651	38.433
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	26.715	1.334.494	-	2.204.884
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	12.624.248
(-) Reequilíbrio	(94.560)	-	1.612	-	-	-	(102.452)
Não circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	170.046	(1.334.494)	-	12.521.796
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	196.761	-	-	14.726.660

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA. (b) Compensação da Outorga conforme Decisão nº 191, nº 138 e nº 404 da ANAC.

Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 1.1), houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), Outorga fixa: Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCP 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária já liquidou 08 parcelas. **Repactuação da outorga fixa:** 1ª Repactuação: Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11 (SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos. Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versam sobre a alteração do cronograma de pagamentos dos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016. Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740. 2ª Repactuação: Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, onde prevê nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia da COVID-19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma: "Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano. As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020. 3ª Repactuação: Em 07 de dezembro de 2021, a Concessionária protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021. Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Concessionária impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar. (Vide nota explicativa nº 27). **Outorga variável:** Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 239.776, referente a parcela de 2020 que foi prorrogada para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou com o saldo remanescente do reequilíbrio COVID-19, o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. **Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016:** Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional. Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou a Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro. Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detalhadamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021. **Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020:** Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento "Novas exigências para afilamento". A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de afilamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB. Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro. A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2020	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2021
1ª emissão 476	7,86%	333.142	58.021	(40.865)	(26.574)	-	345.463
2ª emissão 400	6,40%	348.463	58.397	(37.031)	(23.602)	-	346.227
Custo com emissão		(4.852)	-	-	-	959	(3.893)
Total		676.753	116.418	(77.896)	(50.176)	959	666.058
Parcela do circulante		102.671	-	-	-	-	129.849
Parcela do não circulante		574.082	-	-	-	-	536.209

	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2019	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2020
1ª emissão 476	7,86%	354.479	40.872	(34.895)	(27.314)	-	333.142
2ª emissão 400	6,40%	362.719	38.221	(29.207)	(23.270)	-	348.463
Custo com emissão		(5.814)	-	-	-	962	(4.852)
Total		711.384	79.093	(64.102)	(50.584)	962	676.753
Parcela do circulante		85.711	-	-	-	-	102.671
Parcela do não circulante		625.673	-	-	-	-	574.082

	1ª Emissão	2ª Emissão				
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	Total
Principal	9.856	10.063	10.301	10.645	37.031	77.896
Juros	6.376	6.564	6.719	6.915	23.602	50.176

14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

	31/12/2020	Provisões	Reversões	Atualização	31/12/2021
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	25.775	11.910	(8.656)	1.191	30.220
Tributário (b)	165	10	(124)	3	54
Administrativos (c)	610	1.597	(627)	(2)	1.278
Cíveis (d)	3.619	6.886	(4.456)	273	6.322
Total	29.869	20.403	(13.863)	1.465	37.874
	31/12/2019	Provisões	Reversões	Atualização	31/12/2020
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	16.573	11.112	(2.745)	835	25.775
Tributário (b)	170	-	(9)	4	165
Administrativos (c)	353	-	(49)	6	310
Cíveis (d)	343	3.403	(196)	69	3.619
Total	17.439	14.515	(2.999)	914	29.869

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2020	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2021
Cessão de espaço	10.616	1.280	-	10.523	11.256
Reequilíbrio	10.441	793.992	(803.866)	13.590	14.157
Circulante	21.057	975.272	(815.029)	24.113	25.413
Cessão de espaço	75.080	2.634	-	(10.523)	67.191
Reequilíbrio	52.610	443.137	(3.269)	(13.590)	85.426
Não Circulante	127.690	45.771	3.269	(24.113)	152.617
Total	149.747	941.043	(811.760)	-	178.020
	Saldo inicial 31/12/2019	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2020
Cessão de espaço	12.024	-	(19.850)	18.442	10.616
Reequilíbrio	7.756	856.602	(871.742)	17.825	10.441
Circulante	19.780	856.602	(891.592)	36.267	21.057
Cessão de espaço	89.237	4.285	-	(18.442)	75.080
Reequilíbrio	52.707	17.280	448	(17.825)	52.610
Não Circulante	141.944	21.565	448	(36.267)	127.690
Total	161.724	878.167	(891.144)	-	149.747

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de

espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

16. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Repasse PAN/PAT (a)	687</	



GRU AIRPORT AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO
 Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
 CNPJ 15.578.569/0001-06

continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras**
 Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Instrumentos financeiros	31/12/2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos	329.551	329.551	329.551
Caixa e equivalentes de caixa	274.036	-	274.036
Aplicações financeiras vinculadas	-	154.851	154.851
Contas a receber	-	17.730	17.730
Partes relacionadas	-	-	-
Total do ativo	603.587	172.581	776.168
Passivos	-	-	-
Fornecedores	-	40.065	40.065
Partes relacionadas	-	25.426	25.426
Empréstimos e financiamentos	-	2.669.972	2.669.972
Debêntures (*)	-	681.605	681.605
Concessão de serviço público	-	13.296.533	13.296.533
Total do passivo	-	16.713.601	16.713.601

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação. Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos: a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos; Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Hierarquia do valor justo: A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	247.737	247.737	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	905.715	-	905.715	-
Total	1.153.452	247.737	905.715	-
Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	2.369.559	-	2.369.559	-
Debêntures (*)	669.951	-	669.951	-
Concessão de serviço público	14.726.660	-	-	14.726.660
Total	17.766.170	-	3.039.510	14.726.660

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	329.551	329.551	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	274.036	-	274.036	-
Total	603.587	329.551	274.036	-
Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.669.972	-	2.669.972	-
Debêntures (*)	681.605	-	681.605	-
Concessão de serviço público	13.296.533	-	-	13.296.533
Total	16.648.110	-	3.351.577	13.296.533

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo. • Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo. • Debêntures: As debêntures, em 31 de dezembro de 2021, apresentam valor de mercado de R\$ 657.606 (R\$ 620.311 em 31 de dezembro de 2020). Fonte: CETIP. • Concessão de serviço público: Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas. b) Fatores de riscos: A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, com também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária. • Concentração de risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6. • Risco de liquidez: A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Fornecedores	50.325	-	-	-	50.325
Empréstimos e financiamentos	515.890	1.092.069	1.327.304	309.359	3.244.622
Debêntures	136.452	247.773	508.519	56.119	948.864
Concessão de serviço público	1.983.353	3.089.322	3.285.118	11.095.432	19.453.225
Total	2.686.020	4.429.164	5.120.941	11.460.910	23.697.036

c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros: A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros. Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI. Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em

	31/12/2021	Risco/indexador	Cenário provável
Operação	247.737	TJLP (% ao ano)	22.916
Caixa e equivalentes de caixa (*)	905.715	CDI (% ao ano)	83.779
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	Provatel
Referência para ativos financeiros	-	-	9,25%
CDI (% ao ano)	-	-	10,06%

(*) O montante R\$ 207.643 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos públicos indexados pelo CDI. Passivo financeiro

	31/12/2021	Risco/indexador	Cenário provável
Operação	2.361.695	TJLP (% ao ano)	125.642
Empréstimos e financiamentos	7.864	CDI (% ao ano)	727
Arrendamentos	669.951	IPCA (% ao ano)	67.397
Debêntures	14.726.660	IPCA (% ao ano)	1.481.502
Concessão de serviço público	-	-	Provatel
Referência para passivos financeiros	-	-	5,32%
TJLP (% ao ano)	-	-	9,25%
CDI (% ao ano)	-	-	10,06%

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA
 A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	772	1.867
Encargos financeiros sobre outros capitalizados	196.761	165.933
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	4.639	4.499
Compensação outorga	1.079.651	665.752

26. RESULTADO POR AÇÃO
 O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras. A Concessionária não possui instrumentos diluídos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado básico e diluído por ação	-	-
Numerador	-	-
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Concessionária	(979.875)	(124.030)
Denominador (em milhares de ações)	3.033.542	3.033.542
Resultado básico e diluído por ação - em reais	(0,323)	(0,041)

27. EVENTOS SUBSEQUENTES
 Em 10 de janeiro de 2022, a Concessionária impetrou Mandado de Segurança em razão do indeferimento injustificado da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa, obtendo no dia 11 de janeiro de 2022 deferimento integral do pedido de liminar. Em 19 de janeiro de 2022, a ANAC cumpriu a decisão judicial do Mandado de Segurança da suspensão da exigibilidade do recolhimento integral da parcela da outorga fixa vencida em 18 de dezembro de 2021.

Diretoria

Gustavo Soares Figueiredo Diretor-Presidente	Ricardo Rocha Perrone Diretor Administrativo Financeiro, Relações com Investidores e TI	João Pedro Almeida da Rocha Pita - Diretor Comercial e Cargas Admilson Reis da Silva - Diretor de Operações	Fagner Gomes da Silva Controller	Rodrigo Sampaio Kumasaka Contador - CRC 1SP.250.067/O-7
--------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------

Conselho de Administração

David Pedrosa Corrêa Adalto Oliveira de Sousa Aldo Luiz Mendes	Marcelo Sampaio Cunha Filho Denísio Augusto Liberato Delfino Roberto Emilio Patriarca	Bruno Bianco Leal Hélio Paes de Barros Júnior Julio Cezar Troiano Zogbi
-------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------

Parecer do Conselho Fiscal

"1. O Conselho Fiscal Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 15 de março de 2022, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, e as respectivas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, elaborados na forma da Lei nº 6.404/76 e correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa de auditoria externa Mazars Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. O exame dos referidos documentos e informações acima mencionados foi completado por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Concessionária. 3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu Relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela administração da Concessionária, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos

acima refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Concessionária e estão em condições de serem submetidos para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas que os examinará."

Marcelo Vieira dos Santos - Presidente e Membro do Conselho Fiscal
Sandra Guedes Videira - Membro do Conselho Fiscal
Alan de Oliveira Lopes - Membro do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.** Guarulhos - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 979.875 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 124.030 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e que, naquela data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 2.997.149 mil (R\$ 1.917.274 mil em 31 de dezembro de 2020) e o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 1.709.681 mil (R\$ 1.213.102 mil em 31 de dezembro de 2020). A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, pois com base nos seus estudos e projeções a situação patrimonial e financeira descritas acima é prevista no plano de negócios, que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Adicionalmente, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses ser positivo, a Companhia possui saldos de contas vinculadas destinadas ao pagamento da Outorga; bem como conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, especificamente relacionados às obrigações de curto prazo junto ao BNDES, contrato este vinculado às obrigações da Outorga. Em 31 de dezembro de 2021, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão:** *Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:* Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 - "Intangível", a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados a sua concessão, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 12.749.399 mil (R\$ 13.334.361 mil em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2020. Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica e, devido aos impactos da pandemia, um assunto ainda de maior risco em nossa abordagem de auditoria durante 2021, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras. *Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:* Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (iii) avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa. Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria

obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos:** *Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:* Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 - "Impostos, taxas e contribuições" subitem (b), a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 1.348.534 mil (R\$ 1.224.117 mil em 31 de dezembro de 2020), provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2021, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. *Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:* Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvermos também os nossos especialistas em tributos nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Constituição de provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa:** *Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:* Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 - "Contas a receber", em 31 de dezembro de 2021 a Companhia, muito embora tenha apresentado uma diminuição significativa em sua provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa de clientes que foram severamente impactados pela pandemia nas empresas do segmento aéreo, esse tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2021. Essa classificação deve-se pelo fato de que o cálculo das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa envolve julgamentos significativos sobre os critérios e premissas utilizadas, devido ao impacto direto da pandemia, que estão além do controle da administração e que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras. *Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração sobre os principais critérios envolvidos na elaboração das premissas para cálculo da estimativa de perda esperada do crédito a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes; e realização de testes de avaliação de eventos subsequentes, em base amostral, (recebimentos subsequentes), ocorridos até a data de nosso relatório, para verificar se havia necessidade de complemento na provisão inicialmente constituída. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis as premissas e critérios utilizados pela administração para constituição da provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria das cifras do ano anterior:** As demonstrações financeiras, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado e resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020; (ii) às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o exercício findo naquela mesma data, obtidas das informações financeiras daquele exercício; e (iii) aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 15 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do**

auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ser o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinar ou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2022

mazars
 Mazars Auditores Independentes
 CRC 2 SP023701/O-8

José Ricardo Bordignon
 Contador - CRC 1SP221807/O-6



* Considera o reequilíbrio econômico-financeiro COVID-19 do ano de 2021.